

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Projeto de Pesquisa

**A EVASÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA REVISÃO DAS POSSÍVEIS
MOTIVAÇÕES NO CONTEXO ATUAL**

Rosania Maria Ramos de Vilhena Ayres

Micro - Ensino e Aprendizagem na Educação a Distância

Brasília

Dezembro/2020

1 PROBLEMA DE PESQUISA

Por suas características intrínsecas, a educação a distância traz desafios existentes na educação presencial, mas que aparecem de forma diferente ou até mais acentuada, como no caso da evasão, que vem aumentando em cursos de EAD.

Com vistas a contribuir para o entendimento dos porquês da evasão nesse âmbito, este trabalho entenderá a história da educação a distância e recorrerá à bibliografia atual sobre o tema para trazer contribuições ao diálogo sobre essa problemática.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Considerando o aumento anual de matrículas em cursos de educação a distância, principalmente em contextos atípicos como do ano de 2020, torna-se essencial estudos que proponham um diálogo sobre esse segmento, que, muitas vezes, é abordado da mesma forma que o modelo presencial.

Por isso, este trabalho abordará a evasão em cursos de EAD revisitando a literatura atual sobre o tema para entender os motivos dos alunos evadirem, assim como possíveis perspectivas para que professores e escolas possam criar estratégias para evitá-la.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

O propósito da pesquisa é compreender os motivos para a evasão no contexto da educação a distância, a fim de contribuir para que instituições e professores a evitem.

3.2 Objetivos específicos

Este trabalho partirá de uma revisão bibliográfica que irá do geral ao específico:

1. Apresentar a origem da EAD no Brasil, bem como seu desenvolvimento ao longo dos anos;
2. Refletir sobre o conceito de EAD;
3. Discutir a literatura atual acerca do tema evasão;
4. Refletir sobre a evasão na educação a distância e seus motivos;
5. Apresentar perspectivas para evitar a evasão nesse contexto.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Origem da EAD no Brasil

A educação a distância pode ser vista sob a ótica do processo simples de comunicação, no qual há um emissor que envia uma mensagem a um receptor. Contudo, o contexto em que isso ocorre varia enormemente, e esses dois podem não necessariamente estar próximos um do outro.

No contexto do ensino a distância, a mensagem é encaminhada de um para outro de formas não muito diretas, mas ainda em tempo e local específico, ou seja, por: cartas, televisão, e-mail, plataformas de ensino a distância, Google Formulários, Youtube, Hangouts, entre outras. O Telecurso, por exemplo, foi um instrumento amplamente utilizado para oferecer educação em massa para além da sala de aula física. Havia um emissor transmitindo uma mensagem por meio de inovações da época – a televisão, principalmente – para receptores.

No entanto, nesse meio específico, a comunicação sofre inúmeras interferências, ou ruídos, como dito por Pizzaia e Santanna (2020). Há muito tempo se estuda os “ruídos” do ensino presencial, porém os desse tipo de educação são diferentes e novos e precisam ser mais bem entendidos por pesquisadores, professores e instituições.

Para isso, é preciso traçar um paralelo entre a educação a distância em seu início e atualmente, observando seus diversos tipos, tendo foco no formato atual e utilizado no contexto pandêmico do início da segunda década do século XXI.

Ainda sem estarem definidos como EAD, no século XX, surge uma tendência mundial de cursos a distância, em que eram utilizadas cartas como recursos – as quais já eram utilizadas há bastante tempo como transmissoras de conhecimento, com teor instrutivo. O Brasil segue essa tendência internacional, contudo, faz isso ainda mais com as tecnologias posteriores utilizadas para fornecer educação a distância, como rádio, televisão e vídeos (FERNANDES; HENN; KIST, 2019).

Conforme destacado pelas autoras Fernandes, Henn e Kist (2019), alguns dos movimentos importantes do desenvolvimento da EAD no Brasil no século XX foram: os cursos da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criado em 1923; a Rádio Escola Municipal no Rio (1934); o Instituto Monitor (1939); a Universidade do Ar (1947); o Movimento de Educação de Base, na década de 1960; o Projeto SACI (1967); o Projeto Minerva, na década de 1970; o Telecurso, citado anteriormente, criado em 1977; e o Salto para o Futuro, nos anos 1990.

Com objetivo de conseguir atender uma quantidade maior de alunos simultaneamente e como uma iniciativa empresarial, a educação a distância quase como é conhecida hoje surge a partir da apropriação das tecnologias que apareciam para abarcar segmentos não atendidos pelo ensino presencial, segundo Dantas (2017), que recorre a Peters (2007), um dos grandes nomes a respeito do assunto, e seu livro “Didática do Ensino a Distância”, uma referência na área.

Com essa notável importância para o fornecimento mais amplo de educação e considerando a quantidade de movimentos já citados, na década de 1990 surgem políticas educacionais voltadas a esse tipo específico de ensino, como a inclusão do assunto no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que dispõe que o Poder Público precisa incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância nos mais variados tipos de ensino (BRASIL, 2017).

Segundo Eucídio Arruda e Durcelina Arruda (2015), o decreto nº 2.494, que visava a regulamentar esses tópicos, acabou trazendo definições um pouco confusas sobre o que é a EAD e “caracteriza a EAD de maneira técnica, privilegiando a mediação pelos suportes de informação e desconsiderando o papel docente no processo educativo, haja vista inferir acerca da possibilidade de ‘autoaprendizagem’” (ARRUDA, E.; ARRUDA, D., 2015, p. 324).

Dessa forma, o decreto traz uma visão limitada e baseada no contexto da época do que é e do que poderia vir a ser a educação a distância, retirando também a responsabilidade e influência dos professores no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, uma definição em lei sobre esse assunto dissemina posicionamentos que pode ter sido crucial para a forma como a educação a distância ainda é abordada.

Ainda que o decreto trouxesse retrocessos em relação a educação a distância, o surgimento da internet e outras ferramentas relacionadas gerou possibilidades, no início do século XXI, de uma evolução desse tipo de educação.

Com isso, segundo os autores Eucídio Arruda e Durcelina Arruda (ARRUDA, E.; ARRUDA, D., 2015), outras regulamentações surgiram, como o objetivo disposto no PNE (Plano Nacional de Educação) antigo, de 2001-2010: "estabelecer um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada" (BRASIL, 2001).

Segundo os autores, o PNE de 2001-2010 inclui uma visão muito mais favorável ao assunto, tanto à educação a distância quanto ao uso de tecnologias no âmbito do ensino presencial em várias modalidades, contudo, traz “um olhar mercantil, com alusões indiretas à ampliação da oferta e à redução de custos [...] O outro olhar é de caráter instrumental e técnico” (ARRUDA, E.; ARRUDA, D., 2015, p. 325).

No PNE 2010-2020, essa visão ainda permanece no documento, por exemplo, nos trechos 10.3 e 14.4, os quais sempre falam de expandir a oferta de matrículas, entretanto, não especificam sobre o cuidado com as especificidades desse modelo.

Dessa forma, apesar de a EAD se tornar um mecanismo amplamente utilizado, visto que muitas vezes é enxergada como uma forma de gerar lucro e mais aprendizado com menos gastos e para mais pessoas, observa-se a necessidade de entender a forma como isso é realizado. Não se trata de simplesmente existir um canal que conecte o emissor ao receptor, é preciso de estratégias e formas efetivas para que esse processo de comunicação ocorra corretamente.

Com a ausência de uma visão mais aprofundada na temática, o planejamento de cursos em EAD pode ficar defasado. Além disso, a dificuldade de uma definição de o que é EAD também dificulta isso.

Buscando registros atuais de como a EAD está sendo concebida, percebe-se que ainda há grandes discussões acerca de seu conceito. O artigo de Vargas et al. (2016) mostra que há três principais definições sobre o que é a educação, com base em autores da área, como Belloni, Moran e Lèvy: (1) distanciamento geográfico junto a encontros em aulas presenciais realizados por TICs; (2) ensino-aprendizagem estabelecido por TICs com os estudantes separados física, espacial ou temporalmente; (3) um espaço de formação e novas relações com a inteligência e o saber coletivos dentro do contexto da cibercultura.

Para Andrade e Benati (2019, p. 1), a EAD é “uma estratégia educativa que tem como base a aplicação da tecnologia no processo de aprendizagem, e por esse motivo, não obedece a limites de lugar, tempo, ocupação ou idade”. Com uma postura mais crítica, Silva (2017) discute a perspectiva radicalista de Otto Peters, que revela ser possível existir ensino a distância, mas não educação, visto que a EAD é uma forma industrializada de ensino.

Contudo, também traz à baila Moore e Kearsley, que aborda a EAD como relacionada a um aprendizado planejado em um lugar de ensino diferente, o que pede técnicas diferentes de organização.

Recentemente, Martins (2020, p. 246), com base em Keegan, mostrou os elementos principais da EAD:

- (1) distância entre professor e aluno;
- (2) a influência de uma organização educacional que planeja e prepara materiais de aprendizagem;
- (3) o uso de meios técnicos/mídias;
- (4) a disponibilidade de comunicação bidirecional;
- (5) a possibilidade

de encontros presenciais ocasionais e a (6) oferta de um formato "industrializado" de educação.

De fato, essas características estão presentes na educação a distância atual, a qual cada vez mais utiliza meios diferentes para alcançar mais o aluno ou para tornar a experiência melhor, principalmente no período de interrupção compulsória das aulas presenciais de 2020.

Para a maioria dos alunos, a educação a distância se tornou a única opção para continuar o aprendizado, apesar de suas falhas, como a própria incapacidade de oferecer em pouco tempo um ensino a distância de qualidade para a grande demanda das escolas públicas brasileiras.

A educação a distância, nos últimos anos, parece ter evoluído por conta dos avanços tecnológicos. Tori (2015), por exemplo, enumera diversas tendências para a EAD, como a utilização das redes sociais com objetivos educacionais, a tecnologia de realidade virtual e de realidade aumentada, a Internet das Coisas, o uso de dispositivos pessoais amplamente e a gamificação.

Isso mostra as diversas possibilidades de utilizar a tecnologia a favor da educação, o que inclusive é estimulado pelo atual Plano Nacional de Educação, que expõe a necessidade de aumento nas matrículas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de nível médio e estimula a expansão dessa modalidade de forma presencial e on-line. Em uma de suas estratégias, incentiva também o emprego de metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.

Contudo, essa evolução citada não certifica a existência de um ensino inovador, visto que os tipos de ensino tradicionais podem aparecer independente da forma pela qual a aula acontece (FERNANDES; HENN; KIST, 2019). Sobre isso, Pizzaia e Santana (2020) reforçam que a educação a distância “necessita ser interativa [...]; sem interrupções; e multidirecional, pois a integração rompe com a unidirecionalidade da comunicação tradicional”.

Desse modo, quebra-se os ruídos existentes em um ensino que pode ter ferramentas atuais e geralmente eficientes, mas que, por outro lado, pode estar tão atrasado quanto a tendência pedagógica tradicional dos séculos passados. A educação a distância, dessa forma, não se trata apenas dos recursos que conectam o professor ao aluno, mas a um modelo didático atualizado e adaptado a essas novas realidades.

Diante da demanda maior pela modalidade EAD, que inclui hoje os mais variados segmentos – ensino superior, educação básica, cursos técnicos, EJA, etc. – e da urgência da educação on-line em momentos instáveis, é necessário repensar as estratégias dos profissionais de educação para lidar com alunos. No ano de 2020, por exemplo, essa modalidade foi amplamente utilizada por conta de questões específicas, porém, o crescimento dela vem de muito antes.

Dados da Abed (2018) mostram que, enquanto em 2009 as matrículas contabilizadas pelo Censo EAD.BR foram 528.320, em 2012, já chegavam em 5.772.466. Apesar de uma queda em 2016 para 3.734.887, há um expressivo crescimento nos últimos anos, visto que em 2018, as matrículas chegaram a 9.374.647.

Esse aumento em 2017 e 2018, segundo o documento, ocorre em razão de uma flexibilização para se ofertar cursos de EAD. Deve-se destacar que esses dados incluem cursos totalmente a distância, semipresenciais e cursos livres corporativos ou não corporativos. No ano de 2018, a modalidade que mais se destacou foi a de cursos livres não corporativos, com 3.627.327 de matrículas.

Apesar dessa necessidade aumentada dos últimos anos e do aumento de matrículas em cursos de EAD, há também uma grande porcentagem de evasão nesse tipo de curso, a qual se deve principalmente ao próprio aumento de matrículas, segundo dados da Abed (2018).

Essa importância citada de repensar as estratégias também se mostra primordial nesse ponto, visto que o formato de aula utilizado pode manter o aluno interessado ou afastá-lo, bem como aproximá-lo ou deixá-lo longe das expectativas educacionais.

Considerando esse contexto, este trabalho pretende, como objetivo principal, reunir a literatura atual para entender como essa evasão ocorre e como pode ser evitada pelos profissionais da educação por meio de estratégias.

Possivelmente, o entendimento sobre essa questão pode ajudar a diminuir a evasão e tornar a educação a distância muito mais atrativa. Como visto, apesar do surgimento diário de novas tecnologias e possibilidades atreladas à tecnologia, também é necessário buscar a evolução das práticas de sala de aula nesse âmbito.

4.2 A evasão, seus conceitos e suas motivações

Apesar de se mostrar um problema maior na educação a distância, a evasão sempre foi um problema a se lidar na educação presencial.

No trabalho de Filho e Araújo (2017), os autores destacam a diferença entre evasão e abandono escolar, mostrando que evasão ocorre quando o aluno deixa de frequentar as aulas e não volta mais, enquanto abandono ocorre quando o aluno deixa de frequentar, mas volta depois de um tempo, como no caso de um trancamento de matrícula.

Os autores também ressaltam que o conceito de evasão exclui situações que vão além do abandono permanente das aulas, como o desligamento de um curso para entrar em outro, o que já é incluído pelo conceito de abandono.

De qualquer forma, quando se trata tanto de abandono quanto evasão, as causas geralmente são "drogas, tempo na escola, sucessivas reprovações, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho" (FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 36), as quais incluem tanto motivações internas ou externas.

Segundo o PNAD (2019), que analisa as taxas de evasão e abandono escolar, a evasão sempre é maior no segmento de Ensino Médio, visto que a idade dos alunos traz novas peculiaridades que são decisivas na hora de decidir permanecer na escola.

Ainda de acordo com esses dados, os maiores motivos para evasão são a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%), aspectos que são típicos da realidade de jovens, especialmente de baixa renda. Além desses dois maiores motivos, no caso de mulheres, o texto destaca a gravidez (23,8%) e os afazeres domésticos (11,5%) como motivos de evasão.

Como visto, a perspectiva dos autores vai de encontro à análise do PNAD e revela que os alunos tendem a sair mais por conta de aspectos que, em geral, não estão sob o controle do professor, da escola e, muitas vezes, dos pais, que também podem estar lidando com situações em casa e que, por conta da idade dos alunos, também podem estar perdendo o controle decisório sobre a vida dos filhos.

4.3 A evasão no contexto da educação a distância

No âmbito do ensino em EAD, o problema é o mesmo, e as motivações podem ser semelhantes, mas é necessário um olhar apurado para que as peculiaridades se mostrem.

Segundo a análise de evasão em cursos de EAD da ABED de 2018, apesar de haver aumento de instituições com baixas taxas de evasão, a maior porcentagem das instituições encontra-se com taxas de evasão entre 26% e 50%. Esse número é bastante expressivo, considerando que, em 2017, a porcentagem era de 6%. Um dos motivos relatados pelo documento é o aumento da quantidade de matrículas, que também aumenta a evasão.

A questão que diferencia a evasão do ensino presencial do on-line é o fato de que estar longe fisicamente traz barreiras e desafios, mesmo que a cultura tecnológica atual facilite isso (TORI, 2015).

O autor Tori (2015, p. 45) mostra que o problema não é a distância física, mas sim a percepção psicológica do distanciamento durante as aulas. Isso, claro, ocorre presencialmente, mas no âmbito virtual, quando isso acontece, é muito mais “fácil e provável que o aluno desista e, literalmente, se desconecte”.

Umekawa (2015) divide os fatores que influenciam na evasão escolar em relativos ao evento instrucional, a aspectos pessoais dos alunos e ao contexto dele.

No artigo de Costa e Santos (2017), aborda-se sobre pontos interessantes e que podem ser pontos-chave para compreender a evasão em cursos de EAD. Em sua pesquisa em um instituto federal, o autor cita os maiores fatores desencadeadores de evasão em cursos técnicos: atendimentos demorados ou com profissionais sem domínio, ausência de atendimento, bem como aulas presenciais não suficientes.

Exemplos citados são aulas presenciais somente com vídeos e sem um professor da área e falta de clareza em editais, que não citam exatamente se o curso é totalmente a distância ou não.

Esse contexto demonstra que, apesar de fatores ligados à realidade do aluno influenciarem, como também citado pelos alunos da pesquisa (problemas pessoais e no trabalho), a postura da instituição e dos professores é essencial para que a evasão seja evitada, pelo menos nesse tipo de curso.

No âmbito do ensino superior, os autores Oliveira, Oesterreich e Almeida (2018), assim como Umekawa (2015), fazem um apanhado da literatura sobre o tema de 2000 a 2014 e mostram que desmotivação, falta de companheiros presenciais, de tempo e disciplina, problemas familiares, questão financeira, dificuldade do curso e a computador e internet, falta de preparo do professor, feedback do tutor e adaptação à educação a distância são alguns dos fatores relacionados à evasão.

Além disso, retratam aspectos que influenciam na permanência ou não do aluno e divide-os entre anteriores à admissão do aluno – características do aluno e suas habilidades – e posteriores, como frequência escolar, clareza dos programas e tempo de trabalho.

Como a maioria dos alunos que utilizam a EAD são mais velhos, principalmente os do segmento ensino superior, a disponibilidade de tempo se mostra um fator muito influente, tornando as taxas de evasão mais altas do que as da educação presencial, que inclui alunos que não tomam decisões por si. Outro fator observado é que a quantidade de filhos não prejudica a permanência, contudo, o trabalho sim.

O estudo de Umekawa e Zerbini (2015) reforça a ideia de que a falta de tempo para os estudos é um dos principais pontos que influenciam na desistência no âmbito da EAD. Indo além, com base em estudos anteriores da área, também mostra que “condições precárias de estudo no lar, pressões domésticas, enfermidades e questões relativas ao trabalho são sugeridas como possíveis indicadores de evasão” (UMEKAWA; ZERBINI, 2015, p. 191).

Colocando as informações sobre a evasão em âmbito geral e no contexto da EAD em comparação, observa-se que a falta de incentivo da escola e da família e necessidade de trabalhar, que diminui o tempo dedicado às aulas, são fatores que predominam dentro e fora da EAD.

Contudo, isso tende a ser mais presente nesse âmbito por conta de sua característica intrínseca de acolher alunos mais velhos, que precisam, geralmente, estar inseridos no mercado de trabalho para conseguirem se sustentar.

Além disso, a relação entre escola e aluno na educação a distância acaba sendo muito mais distante, como visto acima, se não for trabalhada

corretamente. Provavelmente, o problema não é a distância física, mas sim a percepção psicológica do distanciamento, a facilidade de se desconectar em conjunto com um pensamento da instituição de que somente é necessário prover o conteúdo e que o aluno, como já é mais maduro e independente, consegue aprender individualmente (TORI, 2015).

Entretanto, além da dificuldade de aprendizado, há a falta de incentivo da escola e, mesmo havendo uma falsa sensação de que a escola não deve se responsabilizar por isso por conta de os alunos serem mais velhos, isso contribui para a geração das estatísticas preocupantes vistas. Nesse contexto, a instituição deve cumprir seu papel inerente para a melhoria do sistema educacional, mesmo em âmbito a distância.

5 METODOLOGIA

5.1 Modalidade de pesquisa

Foi elaborada uma pesquisa bibliográfica com base em livros e artigos especializados que possibilitassem problematizar a evasão dentro do contexto da educação a distância. Gil (2019) revela que a pesquisa bibliográfica é feita com base em materiais já existentes e conecta o pesquisador com o que foi escrito sobre determinado assunto, tornando possível uma revisão do que as pesquisas atuais dizem.

5.2 Atividades relacionadas à coleta e ao tratamento de dados

No atual trabalho, para a coleta de dados, foram utilizados artigos, dissertações e teses dentro dos últimos 5 anos, em geral. Em alguns trechos, foram incluídos materiais de outras épocas, considerando sua importância para a comparação com dados mais atuais. Dentro desse período, foram selecionados dados com base nas palavras-chave “EAD”, “evasão” e “educação

a distância” e em uma pesquisa para selecionar os autores com credibilidade na área.

6 RESULTADOS

A repetição dessas constatações na revisão da literatura sobre o tema revela a incapacidade ainda existente em instituições de educação a distância de ir além dos lucros e da quantidade de matrículas, bem como do pensamento já retrógrado de que vídeos explicativos, slides e arquivos carregados em plataformas são o bastante para uma evolução e para que o aprendizado ocorra. Apesar de alguns fatores, como visto no estudo da PNAD sobre a evasão em geral, saírem do controle da escola, esta é a parte que tem mais consciência das relações acadêmicas, podendo agir ativamente para a redução da evasão.

O modelo ultrapassado de educação não está somente nas salas de aula do século passado, mas sim no modelo delas que é seguido atualmente, independente do meio.

Outro ponto importante observado é a necessidade de encarar os segmentos a partir do Ensino Médio como autossuficientes a ponto de não necessitarem de apoio nenhum externo. Assim, torna-se necessário um equilíbrio entre aprendizado ativo dos alunos e o apoio dos professores e da escola.

Além disso, nota-se ainda poucos estudos com vistas a técnicas atualizadas para instituições e professores planejarem melhor suas aulas nas plataformas on-line, bem como o tratamento em relação ao estudante. Reconhece-se, também, que, assim como as novas tecnologias, o tema é novo e é preciso tempo para que isso ocorra, contudo, essa é uma sugestão para futuros trabalhos científicos.

7 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. **PNAD Educação 2019**: mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das->

peessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio PNAD 2019. Acesso em: 23 dez. 2020.

ANDRADE, D.; BENATI, M. Revolução na educação do ensino superior no Brasil: EAD. **Rev. Saberes**, v. 9, n. 1, jan./jul, 2019.

ARRUDA, E.; ARRUDA, D. Educação a distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, v.31, n.03, p. 321-338, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **CENSO 2018 EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil. Curitiba: Editora intersaberes, 2018.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

COSTA, R.; SANTOS, J. A evasão em cursos técnicos a distância. **Educ. Rev.**, n.66, p. 241-256, 2017.

DANTAS, I. **EAD**: uma análise do modelo do SENAI da Bahia à luz dos conceitos de Otto Peters. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação), Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, 2017.

FERNANDES, S.; HENN, L.; KIST, L. O ensino a distância no Brasil: alguns apontamentos. **Research, Society and Development**, v. 9, n.1, 2020.

FILHO, R.; ARAÚJO, R. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, R. A COVID-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. **EmRede**, v. 7, n. 1, p. 242-256, jan./jun. 2020.

OLIVEIRA, P.; OESTERREICH, S.; ALMEIDA, V. Evasão na pós-graduação a distância: evidências de um estudo no interior do Brasil. **Educ. Pesq.**, São Paulo, v. 44, 2018.

PETERS, O. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

PIZZAIA, A.; SANTANNA, A. Educação a distância e os “ruídos” na comunicação: as distorções na comunicação entre emissor e receptor. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 2, p. 7165-7179, 2020.

SILVA, R. **Gestão de EAD**: educação a distância na era digital. São Paulo: Novatec Editora, 2017.

TORI, R. Tecnologia e metodologia para uma educação sem distância. **Revista de Educação a distância**, v.2, n.2, 2015.

UMEKAWA, E. Preditores de fatores relacionados à evasão e à persistência discente em ações educacionais a distância. Dissertação (Mestrado em Ciências – Psicologia), Departamento de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, 2015.

UMEKAWA, E.; ZERBINI, T. Evasão e persistência em ações educacionais a distância: análise do perfil discente. **Rev. Psicol. Organ. Trab.**, v.15, n.2, jun. 2015.

VARGAS, F. *et al.* A educação a distância na qualificação de profissionais para o Sistema Único De Saúde: metaestudo. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 849-870, 2016.